



**magologías Ibéricas:
construyendo la
imagen del otro
peninsular**

**Coordinadoras:
María Jesús Fernández García
María Luísa Leal**

35

SERIE ESTUDIOS PORTUGUESES

Imagologías Ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular

Coordinadoras:
María Jesús Fernández García
María Luísa Leal

MÉRIDA
2012

Imagologías Ibéricas: construyendo la imagen del otro peninsular

© De esta edición:
GOBIERNO DE EXTREMADURA
Dirección General de Inversiones y Acción Exterior
Gabinete de Iniciativas Transfronterizas

© Del texto: Los autores

Fotografía de cubierta: William Harvey,
Geographical Fun (1869)

ISBN: 978-84-9852-350-8
Depósito Legal: BA-1150-2012

Imprime:
Artes Gráficas Rejas, S.L. (Mérida)



Entre alofilias e xenografias: imagologia da relação Portugal-Espanha em Mário de Carvalho, Viale Moutinho, Rentes de Carvalho e Nuno de Montemor

MARIA JOÃO SIMÕES
Centro de Literatura Portuguesa
Universidade de Coimbra

1. FRONTEIRA E ÉTICA EM NUNO DE MONTEMOR

Maria Mim, protagonista do romance homónimo de Nuno de Montemor, é uma personagem emblemática e sugestiva na figuração do fronteiriço: é uma contrabandista quadrazenha, caracterizada como tendo uma personalidade vincada. O autor apresenta, através dela, uma forma metafórica de entender a fronteira, como é visível no diálogo que estabelece com o jovem alferes, representante da ordem:

[O alferes] Júlio Marinho, interessado, jovialmente, na disputa [retorquiu] — mas é preciso distinguirmos: o que é espanhol é espanhol, o que é português é português.

— Ah! quanto a isso, espere um bocadinho... E [Maria Mim] levantou, do chão, uma espiga, deixada pelos ranchos, que juntou a outra espanhola, tirada à fita do chapéu.

Em seguida desgranou-as, com a mão direita, na palma da esquerda.

— ... Aqui tem os grãos destas espigas: uma que trouxe de Espanha e outra portuguesa. É capaz de os separar?

— Finos haviam de ser os olhos e o paladar que os distinguisse.

— Moam-se juntos e também não se apartam as duas farinhas. Mas o pão feito para além da raia, a dois passos daqui, é crime de morte comê-lo (...) E quem diz o pão e as espigas diz o resto. A terra é só uma e todas as coisas são de Nosso Senhor, de todos os seus filhos, de toda a gente. (Montemor¹ 1939: 57).

¹ Nuno de Montemor foi o pseudónimo utilizado pelo P. Joaquim Alvares de Almeida (cf. Marques, 2004).

Esta figuração da *similitude* dos produtos portugueses e espanhóis, colocada na boca de Maria Mim contrabandista quadrazenha do romance homónimo, marca simbolicamente o tom de muitas ficções literárias que abordam a questão do contrabando raiano, configurando-o através de uma perspetiva senão valorativa, pelo menos justificadora desta prática. Sem a pretensão de querer analisar o tema do contrabando na ficção portuguesa (tanto mais que este tema já foi alvo de vários estudos) poder-se-á refletir sobre as imagens que alguns destes romances tecem sobre os países envolvidos nesta prática. Muitas das histórias de contrabando remetem para os temas da sobrevivência e da pobreza caracterizadores do meio rural português e, em particular, particular das terras raianas portuguesas. Estes são os temas principais deste romance e são também estes os temas principais do conhecido conto “Fronteira” de Miguel Torga que os trata de uma forma sintética e incisiva.

Estas duas narrativas têm como protagonistas mulheres que fazem contrabando, acentuando assim os sentidos da sobrevivência e da necessidade de matar a fome. Esta estratégia não é ainda uma estratégia premeditadamente feminista nem sequer uma estratégia pela qual se pretenda acentuar a exploração ou vulnerabilidade da mulher à maneira neorrealista. Na verdade, estes textos, embora tenham tonalidades realistas não se encaixam nas convenções estético-ideológicas do Neorrealismo. O texto de Nuno de Montemor é anterior à grande presença dos romances neorrealistas da década de 40 e Torga está mais próximo da estética presencista que do movimento neorrealista.

O romance de Nuno de Montemor tem como cenário a aldeia de Quadrazais, uma pequena comunidade com trajas garridos e modos diferentes dos beirões, ditos mais fechados, ignorantes e taciturnos. Neste sentido, o romance tem um inegável valor etnográfico descrevendo minuciosamente os costumes tradicionais e os trajas invulgares:

... viam-se as quadrazenhas em jaqués de veludo gritantes, cruzados no seio por grandes lenços de seda, azuis, vermelhos e amarelos, caídos em franjas sobre as ancas, donde pendiam as saias de cores vivas, que desciam em largas pregas até aos pés.

As grandes arrecadas, pendentes das orelhas, chegavam-lhe à garganta, quasi velada pelos fios de grossas contas de oiro, as cruces, os corações de filigrana, as medalhas, as fitas berrantes, tudo agitado em gesto vivos, denunciavam vagamente meneios de salero castelhano, moderado pela suavidade da graça portuguesa.

Sem a moda extravagante das pontas dos lenços, atados, em orelhas de lebre, acima da fronte, Júlio Marinho, teria a visão de um bando de espanholas, travestidas de minhotas, porque da Beira, não mostravam traço nem jeito. (Montemor 1939: 175)

A gente de Quadrazais, célebre pela sua bravura e seu carácter aventureiro, afeita ao contrabando como modo de vida, desenvolveu uma gíria específica para evitar a

compreensão dos que não pertenciam à comunidade. A história do romance, com traços romântico e idílicos, mitifica a comunidade quadrazenha atribuindo-lhe uma ética de retidão e uma moral profundamente católica, algo idealizadas, ao mesmo tempo que distribui pinceladas realistas que implicam uma acusação certa ao descaso político relativamente às zonas fronteiriças com pobres recursos.

Sem grande rigor no que diz respeito ao tempo, no início a ação desenrola-se por volta do ano 1885, quando o governo português resolve colocar o exército a fazer um o “cordão sanitário”² por causa da epidemia de cólera³ que atingiu Espanha⁴ nesta altura. Salta depois para a altura da intervenção das tropas portuguesas em Angola em resposta às revoltas dos Cunhamas em 1915,⁵ pois, por terem protegido a rapariga contrabandista, o seu noivo (o quadrazenho Zé Lareia) e o alferes (o fidalgo Júlio Marinho) são obrigados a partir para Angola. A seguir à Guerra em Angola, o Alferes ainda partirá a combater valorosamente da 1ª Grande Guerra de onde regressa já General.

O romance desenvolve claramente um sentido patriótico tradicional, mas ao autor interessa sobretudo acentuar a pureza dos valores que agregam esta comunidade, hipócrita e convenientemente criticada por fazer um comércio ilegal de que todos se servem:

-
- 2 De acordo com Maria Rita Granel (2009: 237) “as medidas tomadas na profilaxia da moléstia indiana só começaram a mudar nos inícios do século XX. As autoridades e as populações pareciam confiar mais em quarentenas, cordões sanitários, lazaretos e desinfecções de mercadorias. Foi o que se passou, por exemplo, com a epidemia de cólera que se declarou em Espanha, no ano de 1884, e que ali grassou com intensidade durante dois anos. Em Portugal organizou-se a defesa sanitária nos moldes mais tradicionais: com os conselhos e elogios de médicos como Lourenço d’Almeida Azevedo, lente catedrático da Faculdade de Medicina, defensor do carácter não contagioso da cólera e que fora médico no Hospital de coléricos de Coimbra, em 1856, o governo ordenou o cordão sanitário do país, que foi mantido pelo exército durante os dois anos de ameaça; exigiram-se passaportes sanitários e improvisaram-se lazaretos junto das fronteiras com Espanha (em Marvão, Elvas, Vilar Formoso, Valença e Vila Real) e postos de vigilância nos entroncamentos das linhas-férreas”.
 - 3 A profilaxia da cólera desenvolver-se-á depois deste surto epidémico que está na origem de vários estudos científicos, como, por exemplo, o de Severiano da Silva, intitulado *Propagação e Profilaxia Tratamento do Cholera-Morbus*, de 1890.
 - 4 A epidemia espalhou-se pela Europa atingindo muitos países, entre os quais a Espanha onde calcula que tenha havido mais de 120 000 mortos.
 - 5 Trata-se da campanha do “general Pereira de Eça, [que] antes do seu embarque para Angola, elaborou um projecto de operações que, aprovado pelo Governo, constituísse o instrumento em que deveria basear a sua acção de comando. (...) Em toda esta região merecia especial atenção o Ovampo, território além Cunene, habitado por povos da mesma raça, de entre os quais, pelo seu espírito guerreiro e valor do armamento, se distinguiam os cuanhamas, os cuamatos e os evales”. (Soares 1934: 235-254).

— “... – Contrabando! (...) Parece que só a palavra é feia e criminoso quem o passa ou vende. E aqueles que o compram? (...) ...Pois não há por aí toalha de igreja, veste de santa (...) balandrau de advogado, toga de juiz, que não seja de Espanha. Só não falam dos quadrazenhos a quem compraram o contrabando. (Montemor 1939: 56)

Esta atitude compreende-se melhor se soubermos que a aldeia esteve representada na “Exposição do Mundo Português”, de 1940, pois o colorido e o casticinho desta população servia o intuito de Salazar e do Estado Novo de mostrar o suposto lado autêntico e genuíno⁶ do povo português numa ideia de “portugalidade” simultaneamente rural e imperial. Esta mostra vem no seguimento do conhecido “Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal” (1936) — outra forma de dissimular, segundo Luís Cunha (1994: 17) a “ordem ideológica” e a “ordem do poder” e de construir uma ideia de identidade em que a aldeia é entendida como um microcosmos que serve de emblema carismático de autenticidade.

Na verdade, a construção desta imagem de um Portugal pequeno mas grandioso — para consumo interno e externo —, contrastava com uma política económica desastrosa para o povo, sobretudo desde 1936, logo a seguir à Guerra Civil de Espanha, até ao final da 2ª Guerra Mundial. Disto nos dá conta Anthony Leads num estudo sobre a agricultura e a política económica desta época. Devido à escassez de fontes documentais “acerca das chamadas «sobras de Portugal»”, este antropólogo recorreu a relatos de pessoas que atestam ser este um período de pobreza:

Sem excepção, todos os inquiridos descrevem o período entre 1936 e o fim da segunda guerra mundial, em 1945, como uma época de fome e miséria. Ao falar desse período, abundam histórias de assaltos, roubos, prostituição das mulheres a troco de comida e roupas, contrabando («a vida da candonga»), comércio ilícito de mercado negro, etc. de assaltos, roubos, prostituição das mulheres a troco de comida e roupas, contrabando («a vida da candonga»), comércio ilícito de mercado negro, etc. (Leeds 1983: 1040).

⁶ Cf Sérgio Lira (2000): “A utilização de seres humanos como objectos de exposição poderia, no caso da exposição do Palácio de Cristal em 1934, ser interpretada como uma forma de racismo, de afirmação da superioridade do colonizador sobre o colonizado. De facto os nativos expostos atraíam pelo exótico e pela possibilidade de ser visto ao vivo o que normalmente se podia apenas observar em gravuras ou fotos. No entanto o que foi realizado em 1940 em Lisboa, desfaz essa possível interpretação: na Grande Exposição do Mundo Português os nativos usados como objecto expositivo eram não apenas os das colónias mas também os das zonas rurais metropolitanas. E nem se poderá avançar uma explicação assente na eventual afirmação de uma superioridade do mundo urbano sobre o mundo rural uma vez que a exposição pretendia exactamente afirmar os valores da genuína ruralidade, da pureza ancestral dos valores populares. As raízes rurais do líder do regime e a sua concepção do que deveria ser a exposição não deixam, neste ponto, margem para muitas dúvidas.”

A política económica de Salazar assente no racionamento de cereais e outros bens e na extração de excedentes insere-se numa política internacional de ajuda aos regimes congéneres:

Os inquiridos confirmam também os relatos uns dos outros quanto à finalidade de extração de supostos «excedentes» (ou, numa linguagem mais clássica, um caso extremo de apropriação de valor trabalho, indo muito além da mais-valia e retirando parte do valor necessário à reprodução do trabalho). [...] Os excedentes, entre 1936 e 1939, foram enviados a Franco para garantir-lhe abastecimentos alimentares adequados na luta contra os lealistas. Afirma-se que o objectivo político era assegurar um regime favorável no país vizinho e que a ameaça comunista fosse aniquilada. Ao mesmo tempo, era mantida uma posição oficial de neutralidade. Depois de 1939, quando Franco estava no poder e a expansão nazi se iniciava, Portugal enviou as «sobras» para a Alemanha nazi. (É talvez signifikativo que o único campo de concentração de Portugal, o Tarrafal, tenha sido estruturado mais ou menos segundo o modelo alemão, em 1937). Só quando começou a ser claro que os nazis perderiam, mais cedo ou mais tarde, a guerra é que Portugal passou a enviar as sobras aos Aliados. Durante todo o tempo permaneceu formalmente neutral. (Leeds 1983: 1041)

Um eco destes problemas é apresentado por Nuno de Montemor através da seguinte fala da rapariga quadrazinha:

— Ah! os governos nunca se importaram com da minha terra, e vai então tratamos da vida, como calha e como pode ser. A Espanha oferece aqui, a dois passos o comer e o vestir para que chega a nossa bolsa, e a gente governa-se. (Montemor 1939: 60)

Mas, para além da idealização da integridade moral da gente de Quadrazais e do jovem militar com alma de artista, o que é curioso notar neste romance é a figuração da *permeabilidade da fronteira* evidenciada pela facilidade com que os quadrazinhos se embrenham nas cercanias espanholas, conhecedores dos caminhos das serras (em particular da Gestosa) e também pela cumplicidade que o gosto comum da lide com os touros lhes traz. Para as festas tauromáquicas os portugueses vão buscar gado bravo a Espanha encaminhando-o para as terras que os esperam para as festas.

Esta figuração da *quebra da fronteira legal* — também crucial no conto de Torga — surge emblematicamente no romance num episódio que pode passar despercebido ao leitor desprevenido. Trata-se de uma história dentro da história, uma espécie de lenda que narra o rapto de um conde de Sevilha e de sua filha, prepetado por bandidos portugueses liderados por um fora da lei, facínora, ganancioso e aproveitador dos do seu grupo. Neste bando encontra-se um quadrazinho perdido da vida, que será, obviamente, o protetor da criança e mais tarde o organizador da fuga da jovem condessa e de seu pai, aproveitando a vinda à caça de um jovem fidalgo de Coimbra.

Ora o que é curioso notar nesta história é que não há referência nenhuma, na narração, às diferenças linguísticas: bandidos e raptados falam a mesma língua, e o mesmo sucede com o jovem fidalgo português que logicamente se casará com a condessa em Sevilha. Este facto é entendido como natural quer pelas personagens (a protagonista que lê a história e a mãe acamada que a ouve) quer pelo autor que não introduz nenhuma nota de pitoresco neste sentido. É certo que se trata de uma narrativa do tipo da lenda, de cariz romântico, onde não existe, portanto, uma preocupação verista na reprodução das falas desta história encaixada e dos seus diálogos, mas também é sintomático que quer o próprio autor, nascido e criado em Quadrazais (embora a sua família fosse de outra terra), quer as personagens do romance não se questionem sobre uma presumível *estranheza* linguística entre o castelhano e português, que, num registo verídico, deveria surgir. Assim, de modo algo enviesado, esta situação mostra como as personagens e o autor estão familiarizados com a *contaminação* entre as línguas — por demais patente na gíria quadrazenha.

Neste sentido, a gíria e o contrabando funcionam como elementos de *contacto* e de *entendimento*, baseados no valor do gesto e da palavra, que, pelo seu cumprimento ou incumprimento, agregam ou afastam as pessoas no seu interrelacionamento.

Sem nos deixarmos iludir pelos sentidos regionalista e patriótico de sabor tradicional, devemos reconhecer no romance um inegável valor etnográfico, pela cartografia que realiza de uma comunidade onde as interrelações pessoais são fundamentais. É notória a diferença entre o relacionamento dos membros da comunidade quadrazenha, marcada pelo peso e pelo valor da palavra, e o relacionamento social mais comum na sociedade moderna de hoje, muito marcada pelas relações competitivas do seu mundo de trabalho.

Na verdade, segundo explica Richard Sennett na obra *Corrosion of Character* (1998: 146), o mundo capitalista do trabalho episódico e temporário mudou a estrutura das instituições modernas criando flexibilidade, e constante mudança, mas também indiferença:

“Who needs me?” is a question of character which suffers a radical challenge in modern capitalism. The system radiates indifference. It does so in terms of the outcomes of human striving, as winner-take-all markets, where there is little connection between risk and reward. It radiates indifference in the organization of absence and trust, where there is no reason to be needed. And it does so through reengineering of institutions in which people are treated as disposable. Such practices obviously and brutally diminish the sense of mattering as a person, of being necessary to others. (*Apud* Elliott 2009: 330).

A indiferença interrelacional e o carácter descartável do indivíduo sentido nas relações de trabalho e nas relações intergrupais são hoje sentidos dramaticamente. Obviamente não se advoga aqui um retorno ao interrelacionamento do mundo das aldeias antigas saudosisticamente aplicado agora às cidades, pois tal seria um absurdo, dadas as inúmeras diferenças de condição destes dois mundos. Mas é importante atentar no modo como o contraste entre eles acentua os defeitos das sociedades modernas, os quais, por serem perniciosos carecem de ser ultrapassados, obrigando-nos a procurar novas soluções.

2. IDENTIDADE INDIVIDUAL, IDENTIDADE COLETIVA E AUTOIMAGOTIPO EM MÁRIO DE CARVALHO

Esta questão do indivíduo poder ser um elemento inútil e dispensável ou, pelo contrário, poder ser um elemento útil e necessário à coletividade surge bem representada na mudança de carácter que se opera no protagonista da novela *A Paixão do Conde de Fróis* de Mário de Carvalho. Com efeito, no início da obra, o leitor vai conhecê-lo como um jovem fidalgo lisboeta, arruaceiro e brigão; mais tarde, quando é castigado pelo ministro de D. José I e tem de aceitar um posto remoto, no intitulado Castelo de S. Gens, ao sul de Miranda do Douro, junto à fronteira leonesa, torna-se um militar ativo, organizador e um estratega trabalhador. Com efeito, pouco antes de ele chegar, morre o governador oficial do castelo — um velho marquês — e ele vê-se confrontado com o facto de ter de o substituir num castelo degradado e com a guarnição militar completamente desorganizada. As condições e a situação instigam-lhe, porém, a vontade de agir, pelo que vai reconstruir o castelo e reorganizar as tropas.

Ora, de acordo com o pensamento de Hannah Arendt, expresso no célebre ensaio *A Condição Humana*, é precisamente pelo exercício da vontade que o homem se realiza na esfera pública:

A vita activa, ou seja a vida humana na medida em que se empenha efectivamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente. (Arendt 2001: 38)

Nesta obra, o escritor Mário de Carvalho mostra bem como o motivo desencadeador da ação no protagonista é muito mais a vontade de organizar a coisa pública e a energia para criar as relações de ordem e de poder (neste caso, a organização da defesa em relação a presumíveis ataques vindos de Espanha), do que propriamente a animosidade com os vizinhos estrangeiros. Domina claramente a ideia de que as guerras são originadas por causas impensáveis e razões desrazoadas, sendo a ênfase colo-

cada sobretudo na resolução de problemas (à semelhança do que também se verifica na obra *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*).

A figuração do apagamento da fronteira é evidenciada em diversos episódios como aquele do camponês que é apanhado pelo comandante das tropas invasoras, o marquês de Alagon, que, ao ser interrogado, quer fazer passar a ideia de que não percebe o que lhe perguntam porque não compreende a língua. Não só o marquês não acredita em tal como à mais leve insinuação de ser torturado para falar o camponês deixa logo cair este subterfúgio e, ao perceber que o marquês apenas quer informações, diz-lhe que ali está uma praça guardada bem fornecida de canhões e outro material de defesa, pensando, com isto, afastar o marquês da ideia de tomar S. Gens. Este exagero, porém, vai desencadear o efeito contrário, pois vai justificar a teimosia do velho marquês de Alagon e a sua insistência em avançar sem saber por onde, obrigando as suas tropas a fazer um percurso erróneo porque traçado no papel — facto que é muito criticado pelo segundo oficial, mais conhecedor do terreno e da prática militar.

Em determinados episódios, a figuração da *proximidade* é dada no romance *a contrario* — por exemplo, quando o capelão do Conde avalia a mudança de opinião dos oficiais portugueses sobre os espanhóis quando estão cercados:

— São malinos são — pontificava o capitão da praça [...]. — Houve aí umas crianças desaparecidas, [...] e eu disse logo: foram os espanhóis [...] que as levaram para funâmbulos... [...]

— Sem dúvida — acrescentou o tenente, têm maus fígados, mau íntimo... [...] é daquilo que eles comem [...] alambuzam-se com castanha, comidas pesadas [...]

— E bolota! [...]—olveu o capitão. — ... no outro dia, vieram aí uns vender umas reses, provavelmente roubadas, e quiseram falar comigo [...] para o negócio. Eu cá disse logo: espanhóis, xó arreda para lá! [...]

Fez-se um silêncio [...] denso. O padre lembrava-se de si para si que “mudado o tempo, mudado o conselho”. Ali estavam aqueles homens raianos, de pronúncia arcaçada, com a vida passada em comércios com o lado de lá da fronteira, se calhar com parentes e amigos para além da raia, já tomados de um momento para outro de frenesi patriótico. E tudo isso por causa daquela Guerra enredada por desígnios tão escuros. O padre, [...] lisboeta de lá de longe, era o que menos animadversão mostrava em relação a espanhóis: umas vagas reminiscências históricas, Aljubarrota, os Filipes... mas, pessoalmente, não tinha razão especial de queixa, nem acreditava naquela história dos espanhóis a tocar pandeiretas sobre as ruínas do terramoto, de que nunca ouvira falar em Lisboa. Mas, para não desligar da toada, lá foi dizendo:

— [...] é preciso cuidado com eles... São o diabo... (Carvalho 1993: 86-87).

A *animadversão* — se quisermos retomar o preciso e adequado vocábulo do escritor — funciona como uma espécie de versão mitigada e eufemística de xenofobia, opondo-se assim à convivência e à *alofilia*.

A situação aqui representada mostra bem a flutuação estereotípica identificada por Marco Cinirella, que chamou a atenção para o facto de os estereótipos emergirem do dinâmico relacionamento social, e, precisamente pelo facto de se inserirem no dinamismo social,⁷ serem susceptíveis de sofrer mudanças, pois podem ou não ser activados, podem ser ténua ou fortemente mostrados, evidenciam adaptações e flutuações, como se fossem “variações sobre um tema” (Cinirella 1997: 46).

Também é evidente no comportamento do padre a preocupação de emparceirar com a opinião geral do grupo, para dele não ser excluído e assim garantir a proteção que ele lhe possa trazer.

Quem chama a atenção para este facto é mais uma vez Marco Cinirella, que explica como, na funcionalidade respeitante ao relacionamento intergrupar, os estereótipos dependem das diferentes situações sociais, pois o indivíduo tenta adaptar a sua atitude relativamente ao grupo:

If the social stereotypes endorsed by an individual are associated with the social group to which he or she owes allegiance, then it is likely that social stereotypes beliefs will fluctuate in salience parallel with their associated social identities. An associated assumption states that individuals might endorse quite disparate social stereotypes of the same group, in different situations, and when different social identities are salient. (Cinirella 1997: 48)

Alude o padre a momentos históricos em que as relações de poder foram menos igualitárias, ponderando assim razões históricas que separaram os dois países vizinhos e que são reativadas em momentos de conflito como surge bem representado no episódio referido e na novela, mostrando como é importante “a função da memória e as maneiras através das quais é reconstruída na narrativa e implicada nas ideias autoidentitárias” (King 2000: 2). É neste sentido que devemos ter em consideração a

7 Convocando estudos anteriores, C. Stott e J. Drury sublinham: “stereotyping is a dynamic process through which social groups make sense of and pursue their identity-related goals within intergroup contexts (Haslam, Turner, Oakes, Reynolds & Doosje 2002; Oakes et al. 1999; Oakes, Haslam, & Turner 1994; Turner, Oakes, Haslam, & McGarty 1994). In this sense stereotypes are understood to be both (a) a representation (or construction) of the ingroup and its surrounding social relations and (b) an aspect of the social psychology that actually produces those very same social relationships. Therefore stereotyping is one aspect of a dynamic inter-related process involving subjectivity, group processes and intergroup relations (Haslam et al. 2002; Turner & Oakes 1986)”.

advertência feita por Nicolas King a propósito da necessidade de se rever a complexa relação entre memória e identidade:

... relationships between memory, identity and narrative: the articulation of this relation is a function of assumptions about the nature of memory itself. [...] Consistency of consciousness and a sense of continuity between the actions and events of the past, and the experience of the present, would appear to be integral to a sense of personal identity. [However] the popular idea of memories as a video-recorder, or a storehouse of experiences is contradicted by recent work on the neural networks which create and destroy ways of imagining in a continuous process. Primo Levi suggests that a frequently rehearsed or narrated memory takes a form which 'distorts' the 'original' memory and then solidifies "tends to become fixed in a stereotype". (King 2000: 2-3)

Reconhece-se, assim, que a distorção da memória conduz à formação de estereótipos autoidentitários tendenciosamente positivos e a estereótipos negativos do vizinho estrangeiro visto, em tempos de guerra, como inimigo.

Porém, na obra de Mário de Carvalho, se o heteroimagotipo é negativo, isso deve-se sobretudo à configuração como personagem-tipo do Marquês de Alana, pesado e envelhecido, cauteloso e medroso, comandante de tropas apenas porque tem grandeza de nome, mas revelador de muito pouca sabedoria das lides no terreno, pois traça o seu percurso a esquadro, obrigando teimosamente as suas tropas a caminhadas erráticas e despropositadas.

Levado pelo orgulho, acentua os seus desentendimentos com o duque de Sarriá, fazendo finca pé em atacar S. Gens em vez de de juntar às tropas que estão atacando Bragança, como deveria.

Este heteroimagotipo apenas prova que, tal como do lado de cá em Portugal, para lá da fronteira também os senhores da guerra tomam decisões erróneas e aleatórias, são responsáveis pelo agravamento de dissensões intestinas e não cuidam devidamente dos seus homens que morrem indevidamente e caminham rotos, esfomeados e mal conduzidos.

Pior, muito pior, nos surge, porém, a caracterização imagética dos portugueses, pois a obra desenha um autoimagotipo terrivelmente negativo, pois, apesar de todos os esforços do jovem Conde de Fróis, a praça de S. Gens, por ele tão diligente e intelentemente reorganizada, soçobra às mãos do atacante pela vil traição. Na verdade, quando o Conde, numa derradeira e intemerata estratégia de guerrilha, tenta, antes do alvorecer, uma surtida surpresa para atacar o inimigo desprevenido, é denunciado pela sua própria praça que faz fogo sobre os atacantes que cercam S. Gens, avisando-os pelo som e arruinando, assim, o plano do Conde. A situação chega ao ponto de a sua gente se recusar a abrir as portas ao Conde governador, impedindo-lhe assim o

regresso ao Castelo e entregando-o à morte nas mãos dos espanhóis, cujo comandante, por sua vez, não consegue conter os soldados enraivecidos e cansados deste cerco desnorteado. O medo, a cobardia, o apego à vida e aos bens, a debilidade de caráter, a volubilidade e a falta de resiliência relativamente aos jogos demagógicos avolumam-se como aspetos caracterizadores de um povo pequeno e mesquinho. A verborreia patriótica portuguesa é oca e carente de um agir consequente e eficaz.

Perfila-se, neste autoimagotipo negativo, uma intensa inversão da perspetiva — normal e ortodoxamente enaltecida — típica do romance histórico, agora substituída por visão profundamente crítica na forma de nos pensarmos a nós próprios. Como acontece também em Saramago, por exemplo. (Mais tarde, Mário de Carvalho, confirmará esta sombria perspetiva autoimagotípica nessa certeira sátira ao Portugal contemporâneo que desenhará na obra *Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina*).

Sem cair na lamentação e no autocomprazimento, este autoimagotipo mostra a pequenez portuguesa e o que Alberto Pimenta chama o “egoísmo perfeitamente catastrófico que caracteriza os portugueses”, afirmando que o “Eça usou todos esses diminutivos com razão, porque tudo é pequeno, da dimensão ao espírito. Satisfazem-se com pouco”. E acrescenta: “outra característica dos portugueses é ter medo do risco, podem cair no ridículo que fica muito mal” (Pimenta 1995).

Está aqui em causa o *imobilismo* já apontado por Eduardo Lourenço em *O Labirinto da Saudade* (2009: 53) que nos deixa à espera que os problemas se resolvam.

Recentemente esta situação reapareceu no incómodo episódio da visita realizada pelo Presidente Cavaco Silva à República Checa, onde ouviu Václav Klaus dizer num tom irónico: “Fico muito surpreendido por Portugal não estar nervoso por ter um déficit de oito por cento”. Claro que, por vezes, convém aos políticos estrangeiros esquecerem-se de que a situação económica portuguesa se insere nos problemas gerais do capitalismo desenfreado do mundo atual; mas é também evidente a incompetência dos nossos políticos no enfrentamento das questões financeiras e, consequentemente, a sua incapacidade de projetarem para o exterior uma vontade de resolução dessas mesmas questões.

3. AS VÁRIAS VOZES DA HISTÓRIA E AS AUTOIMAGENS EM JOSÉ VIALE MOUTINHO

Muitos escritores mostram esta pequenez por comparação com a empreendedora Espanha, o “outro” que nos está mais próximo. Em José Viale Moutinho, conhecido pelas suas histórias sobre a Guerra Civil em Espanha, pode colher-se um exemplo

desta estratégia contrastiva no romance *Entre Povo e Principaes* também cronotopicamente centrado numa povoação raiana:

Monforte a povoação mais a nascente do país [...] Rosto no rosto de Villagrana, ou a aldeia de olhos atentos à cidade, ou ainda a indulgência de um povoado mordendo os punhos de fome e contemplação ante a riqueza tranquila e indiferente junto da fronteira. A cidade desinteressada dos pequenos contrabandos [...] daquela gente que formigava do outro lado da fronteira. [...] Amontoado de casas pobres, casas térreas [...] recheadas de fumo e daqueles cheiros resinosos e inacreditáveis. Tudo aquilo em torno das ruínas de um castelo roqueiro, emergindo da torre de menagem, [...] mergulhada em séculos mouros, reconstruções, bárbaros restauros leoneses, galegos, e de novo no lado de cá dos mais próximos [...]. Monte contra monte. Contrafortes desiguais. De um lado, a imitação espartana e, do outro, a quase doce estabilidade bizantina dos de Villagrana, agora cidade sem muralhas [...] alargando-se em novos albergues de cores berrantes, cobrindo o cerro de uma alegria que os de Monforte [...] odiavam. Odiavam sentindo-se num lugar estratégico, possivelmente útil um dia a longo prazo — o ultrapassado. (Moutinho 1981: 16-17)

Mas o que é interessante nesta novela é que o autor intercala vários tempos, misturando-os, confundindo-os através de reminiscências míticas e fantasistas. Deste modo, mostra como os poderes se sucedem arrastando com eles um cortejo de horrores que se esgueira por entre os valores rapidamente esboroados e corrompidos. E isto acontece quer nas histórias dos valentes medievais, onde já há traição, quer na prepotência de diferentes dignatários e regedores de séculos posteriores, quer ainda nas denúncias (Moutinho 1981: 78) dos esbirros do tempo em que um tenente-general controla a “eficácia dos seus homens” por um televisor. Por entre estes tempos, salienta-se um tempo presente, no qual gira, ciranda e galga as serras, João Baptista, um caçador que arranja comida para a aldeia onde há fome, o qual, tal como a vizinha da aldeia, pouco ou “nada sabia da guerra dos generais” (Moutinho 1981: 53). Pressente-se que uma destas guerras é a Guerra Civil de Espanha, cujos desígnios, por ignorância, o povo do lado de cá desconhece — o que explica a atitude de indiferença face aos ruídos mortíferos que ecoam pela raia.

“Não sendo *Entre Povo e Principaes* um romance obviamente histórico, quis o autor que ele refletisse algo que se lhe aparentasse” — esclarece o próprio escritor Viale Moutinho que, na “Notícia bibliográfica” colocada no fim, presta contas dos documentos que utilizou para a elaboração da obra.

Mas a obra não é um romance “obviamente histórico” porquê? Porque não obedece ortodoxamente às convenções do romance histórico, pois a História aparece mal contada: surge estilhaçada, nevoenta, difusa, envolta em fantasia, permeada de mitos

e mistérios. É uma História feita de colagens, indiciando metaforicamente que ela é imposta ao povo e não propriamente sentida ou vivida por ele senão por um espécie de empréstimo.

Por isso Agustina Bessa-Luís afirma:

Viale Moutinho [...] gosta de contar o troar dos tiros, [...] os gritos próprios da injustiça, mais celeuma que tudo. [...] Se não é mais lido é porque vivemos infantilmente, como se de jogos se tratasse. Navegamos na internet e não no mar das Caraíbas. Contraindo-se o vírus do legionário pelo ar condicionado e não a peste de Nápoles pela respiração dos peregrinos. Não temos drama, temos fisco à perna. Não vamos pé-ante-pé espreitar o inimigo, vamos de rastos pedir aumento ao patrão. (Bessa-Luís 2003: 10)

Na obra de José Viale Moutinho, poderá considerar-se a voz popular do montanhês João Baptista, e as vozes abafadas, reprimidas que nela ecoam, como um fundo de conhecimento diferente daquele que representa a voz do poder, deixando entrever um outro processo de subjetivação e de leitura do momento histórico.

Aproximamo-nos aqui das ideias que Deleuze realça relativamente ao pensamento de Foucault:

... la última vía abierta por Foucault es extremadamente rica: los procesos de subjetivación no tienen nada que ver con la *vida privada*, sino que designan aquella operación mediante la cual los individuos o las comunidades se constituyen como sujetos al margen de los saberes y de los poderes establecidos, lo que puede dar lugar a nuevos saberes y nuevos poderes. (*Apud* Rodríguez Garcia 2006: 276).

Considerando minuciosamente as contribuições de Levinas, Rorty e do último Foucault, José Luís Rodríguez Garcia (2006: 240) aponta o que em seu entender é a falha das propostas pragmáticas destes filósofos: “la inoperatividad de sus respectivas estrategias” na deriva necessária da ética à política — uma vez que ética e política se reúnem nesse terreno comum que é o de “configurar un espacio público en el que concuerden Diferencia y comunidad”. Eis como o crítico coloca a questão:

Entiendo que la urgencia moral y política de profundizar en el proyecto democrático es el elemento constituyente de la metafísica diseñada en *Totalidad y infinito*, de las derivas éticas de la situación — Foucault — y de la utopia liberal rortiana. Y lo que la figura hospitalaria levinasiana, el ironista rortiano y el parrésico de Foucault desconocen es, precisamente, este elemento clave de la inmediatez.

Por esto mismo, otras propuestas postmodernas han convertido el tema de la proyección estratégica en fundamental o central. Derivación hacia la política. (Rodríguez Garcia 2006: 240)

É neste sentido que a reflexão de Hannah Arendt ainda tem pertinência, pois, em vez de tender para a “utopia” ou para uma solução definitiva de conflitos ou contradições, “permanece entusiástica e lucidamente fiel à política como *actividade*”, considerando que fazer política também é fazer humanidade. (Savater 2009: 80-81)

4. FRONTEIRA E CONTRABANDO: IMAGENS DO PASSADO E DE HOJE EM RENTES DE CARVALHO

Vale a pena observar que é também a questão da inteligibilidade da política que constitui o cerne da obra *A Coca* de J. Rentes de Carvalho. Para o protagonista, também narrador, ela surge como uma espécie de epifania, quando, aos 17 anos, encontra o mundo dos livros e descobre “que a política ia mais fundo que a oposição de interesses ou ideias; que a história alcançava mais longe que a caturrice dos governantes”, “que a verdadeira arte nem sempre tinha a ver com a fama” e “que a literatura era mais dos que as peripécias de personagens e enredos” (R. Carvalho 2000: 113).

Não é de estranhar, então, que esta obra seja uma espécie de romance-reportagem cujo cronótopo principal é a zona raiana da Foz do Rio Minho, mas cujo sentido não se esgota numa comum recriação histórica. Um pouco à maneira de *O Delfim*, esta narrativa é feita de múltiplas narrativas e de intrincada polifonia de discursos temporalmente interpolados, através dos quais o autor vai revelar autobiograficamente histórias da sua infância marcada pela convivência com filhos de contrabandistas, pelo desafio à autoridade paterna — já que seu pai é um representante das autoridades que vigiam a fronteira (*idem*, 37). Já no final dos anos oitenta o autor regressa a Portugal interessado em saber o que aconteceu a todas aquelas pessoas e como elas se encaixam na grande diferença que é o contrabando atual. Para o efeito, questiona amigos portugueses e espanhóis, contrabandistas, comerciantes, advogados etc. Logo no início o Inspetor da Polícia, por ele questionado diz:

— O tráfico da droga? Aqui? — o inspetor sorri, esfrega os olhos e boceja cansado [...], dá ele próprio a resposta: — Um impasse. Se quero detalhes, se isso é interessante para o meu trabalho, ele pode dar-me detalhes. Mas mais peripécia menos peripécia, as coisas passam-se do mesmo modo ao longo de toda a costa. Por toda entenda-se a que vai de Gibraltar e Algeciras até ao Algarve, a portuguesa inteira, mais as rias da Galiza, o Cantábrico, por aí fora até ao País Basco. De vez em quando há um bocado de espectáculo, como o helicóptero branco de marcas escondidas, que numa tarde apareceu a sobrevoar o porto e nas barbas de toda a gente descarregou uns cinquenta quilos de cocaína [...] e fez uma descarga [...] [p]ara uma *voadora*, provavelmente espanhola [q]ue sumiu sem deixar rasto.

Fora isso há histórias de corrupção, mas ele supõe que estou a par. *Faro Connection*, *Aveiro Connection*, aqueles títulos [...] enganosos por darem a ideia de que a corrupção acontece só em certos momentos, envolve apenas certas pessoas, enquanto que como fenómeno ela é de facto tentacular. (Rentes de Carvalho 2000: 28)

De forma flagrante, o que está em causa neste confronto entre o tempo da infância do autor e o tempo atual é a imagem de rede da sociedade globalizada, de comunicações e ligações fáceis, mas que, de certa forma, permite o surgimento de múltiplas redes camufladas e subterrâneas, criadas nos interstícios da rede visível.

O contrabando, como aventura pícara do tempo da infância e adolescência do autor, onde portugueses e galegos se juntavam em episódios temerários e se reconheciam como camaradas na interajuda corajosa, era comandado pelo intuito de sobrevivência (típica de sociedades pobres); esta aventura aparece, agora, travestida na rede de qualquer cartel de tráfico de droga, porque a ganância e o desejo de riqueza substituíram a sobrevivência. Os valores da honra e da coragem ruíram e tudo serve para escapar: traições, subterfúgios imorais e mortes. Impressionantes são, para o autor e o leitor, os relatos das inquirições em tribunal onde, por exemplo, um traficante justifica “a posse de um potente aparelho emissor”, cuja frequência coincidia com o aparelho de rádio de um camião holandês, pela necessidade de contacto com sua casa, pois o pai, envelhecido, “caía muitas vezes da cama.” (Carvalho 2000: 105)

Questionado, numa entrevista, sobre a possível atualidade da crítica marxista ao capitalismo dos nossos dias o autor identifica uma grande mudança:

... [a] dicotomia [marxista] entre bons e maus apresentava uma formidável vantagem, pois de qualquer dos lados em que se tomasse posição, o inimigo era visível e claramente definido.

Com a globalização da economia e das comunicações essa vantagem desfez-se: não há inimigos definidos, nem amizades certas ou teorias de apoio. Há alianças provisórias, que reflectem fielmente a extrema superficialidade e a instabilidade das normas. E entre os países, como entre os indivíduos, os fortes continuam a oprimir os fracos, reina a supremacia do cada um por si [...] (Rentes de Carvalho 2008).

Intimamente ligada à constante preocupação com os pobres, marcante no seu pensamento, surge, em Rentes de Carvalho, a desmistificação de estereótipos e a denúncia⁸ de situações de exploração e injustiça para as quais o autor encontrou um espaço no jornalismo (pois colabora assiduamente em jornais holandeses) e na literatura.

⁸ Numa entrevista, quando lhe perguntam qual era o seu sonho de criança, Rentes de Carvalho responde: “Ser advogado porque queria defender os pobres mas descobri que o que podia fazer para ‘gritar’ era o jornalismo. Era a denúncia.”

A sua obra mostra como as imagens iniciais das interrelações se modificaram e algumas das questões que se colocavam relativamente ao “outro”, aos “vizinhos” que eram “diferentes” mas, ao mesmo tempo, adversários congéneres, colocam-se agora de outro modo: vêem-se emergir novas injustiças e uma nova incompreensão, em parte consequência das incompreensões e injustiças anteriores.

Dir-se-ia que os seus livros nos devolvem a questão sobre o que fazer, agora, depois da descrença pós-moderna nas metanarrativas e consequentes soluções mais ou menos utópicas.

Contrariando a tendência de pensar só em soluções globalizantes e macroscópicas, surgem pensadores e cientistas que tentam encontrar soluções ao nível do “pequeno” — como aconteceu com a defesa e implementação do microcrédito na Índia, pensada pelo economista Muhammad Yunus, Nobel da Paz, em 2006.

É neste sentido que um autor como David gé Bartoli defende a pesquisa de soluções pela aplicação dos ensinamentos da microfísica para pensar infrapequeno e, de certa forma, para pensar o *sujeito* como *projeto*:

[Il y a] la nécessité de retrouver des cadres d'action, des moyens de s'orienter et de reconstruire le monde [...].[et] c'est par un infra que nous nous ouvrons un nouvel horizon de pensée[...]. L'infra physique fait place à l'atopie de la pensée. (Bartoli 2008)

Esta inversão na forma de pensar os problemas, aplicável aos problemas socioeconómicos — constitui mais uma chamada de atenção para não nos esquecermos da possibilidade de agir ao nível dos pequenos problemas, em vez de esperarmos sebastianicamente por uma solução global que há de vir. Não é de admirar, pois, que, no final da obra *A Coca*, o escritor⁹ se sinta “tão outro” e tão longe do País espaço da sua infância, pois “o tempo [lhe] negou um espaço onde se pudesse reencontrar” — “não se pode reencontrar num País que só pensa no almoço!” (Carvalho 2000: 168)

5. INTERROGAÇÃO FINAL

Todas as obras analisadas apresentam situações de conflito de fronteiras físicas, psíquicas e sociais que convidam a refletir sobre as relações entre um desenvolvimento identitário individual e uma compreensão da identidade coletiva e nacional.

⁹ É de notar a diferença na recepção da obra do escritor, pois quando lhe perguntam quantos livros vendeu na Holanda e em Portugal, responde: “Na Holanda deve rondar o meio milhão de exemplares enquanto em Portugal falamos de cerca de três mil exemplares”.

As imagens nacionais traçadas nestas obras são passíveis de uma generalização planetária, pela via da globalização, e isso traz como consequência a responsabilidade de todo e qualquer sujeito questionar o seu papel em qualquer ponto do planeta. Às obras literárias não cabe dar ou impor soluções, mas elas convidam os seus leitores a colocarem questões a si próprios, a interrogarem-se sobre o possível e até o impossível. Daí a inserção, por parte de J. Rentes de Carvalho, da seguinte pergunta colhida em Drummond de Andrade, para finalizar a sua obra:

E agora José? / Sem cavalo (...) a galope, / Você marcha, José! José, para onde?

BIBLIOGRAFIA

Arendt, Hannah (1958): *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio d'Água, 2001.

Bartoli, David gé (2008) : “Métamodélisation et inframodélisation” (présenté dans le cadre du colloque *Fictions du modèle 1*, le 17 mai 2008 à l'Université de Nantes in *L'Infraphysique*. Disponível em http://crealab.info/infraphysic/doku.php?id=metamodelisation_et_inframodelisation (consultado em 2010/09/09).

Beller, Manfred; Leersson, Joep (2007): *Imagology. The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters*, *STUDIA IMAGOLOGICA*, 13, Amsterdam/New York, Rodopi.

Bessa-Luís, Agustina (2003): “Prefácio”, in MOUTINHO, José Viale, *Entre Povo e Principaes*, 2ª ed., Porto, Editorausência, pp. 9-10.

Carvalho, J. Rentes (1984): *A Coca*, Lisboa, Escritor, 2000.

Carvalho, J. Rentes (2001): “Entrevista” de Rui Araújo e Carvalho, “Rentes de Carvalho. Com os holandeses”, *Eito Fora. Questionário*, nº 19-9-2001. Disponível em <http://www.trasosmontes.com/eitofora/numero19/questionario2.html>

Carvalho, J. Rentes (2009): “Vejo um País triste e de tédio”, entrevista publicada por Carlos Pereira, *Foleirices*, 16 Dez 2009. Disponível em <http://foleirices.blogs.sapo.pt/287578.html>

Carvalho, Mário de (1993): *A Paixão do Conde de Fróis*, 3ªed., Lisboa, Caminho (ed. original 1986).

Cinnirella, Marco (1997): “Ethnic and National Stereotypes: A Social Identity Perspective”, in Barfoot, C.C.; (ed) *Beyond Pug's Tour: National and Ethnic Stereotyping in Theory and Literary Practice*, Amsterdam, Rodopi.

Cunha, Luís Manuel de Jesus (1994): “A Nação nas Malhas da sua Identidade: o Estado Novo e a Construção da identidade Nacional”, Universidade do Minho,

Braga. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6440/1/1994%20Provas%20APCC%20Tese.pdf>

Deleuze, Gilles 1993: *Critique et Clinique*, Paris, Les Éditions de Minuit. Trad. ingl.: *Essays Critical and Clinical*, London & New York, Verso, 1998.

Deleuze, Gilles (1991): *Qu'est-ce que la Philosophie*, Paris, Les Éditions de Minuit. Trad. Ingl.: *What is Philosophy?* Translated by Graham Burchell and Hugh Tomlinson. London & New York, Verso, 1994.

Elliott, Anthony (2009): *Contemporary Social Theory. An Introduction*, London / New York, Routledge.

King, Nicola (2000): *Memory, Narrative, Identity. Remembering the Self*, Edinburgh, Edinburgh University Press.

Lévinas, Emmanuel (1991): *Totality and Infinity: An essay on exteriority*, Dordrecht, Kluwer Academic / (1994 [1971]) *Totalité et Infini: Essai sur l'extériorité*, Paris, Kluwer Academic.

Granel, Maria Rita (2009): "Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*)". Disponível em http://www.uc.pt/en/chsc/rhsc/rhsc_9/rhsc9_229-251_mrlg.pdf (consultado em 10/05/2009).

Leeds, Anthony: "Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal", *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º 5.o 1023-1043. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465815V1hUT8yx4Rv25QK2.pdf>

Lira, Sérgio (2000): "Funções ideológicas dos museus portugueses: uma herança cultural", Comunicação apresentada ao VI Congresso de Cultura Europeia, Pamplona. Disponível em <http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/vicongressodeculturaeuropeiapamplona.htm>

Loureço, Eduardo (2009): *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Gradiva (Ed. Orig. 1978).

Marques, João Francisco (2004): "O Contrabando no Romance Contemporâneo Português», in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 669-695. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5004.pdf>

McGarty, C. (2002): "Stereotype formation as category formation", in McGarty, C.; Yserbyt, V.; Spears, R. *Stereotypes as Explanation: The Formation of Meaningful Beliefs about Social Groups*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 16-37.

McGarty, C.; Yserbyt, V. (2002): "Social, cultural and cognitive factors in stereotype formation", in McGarty, C.; Yserbyt, V.; Spears, R. *Stereotypes as Explanation: The Formation of Meaningful Beliefs about Social Groups*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-15.

Montemor, Nuno de (1939): *Maria Mim*, Lisboa, Ed. Da União Gráfica.

Moutinho, José Viale (1981): *Entre Povo e Principaes*, Livr. Bertrand.

Pimenta, Alberto (1995): "Os Portugueses", in *Diário de Notícias*, 29 de Janeiro de 1995. Disponível em <http://aventar.eu/2012/08/13/os-portugueses-por-ap-e-alberto-pimenta-por-sb/>).

Rodríguez Garcia, José Luís (2006): *Crítica de la razón postmoderna*, Zaragoza, Editorial Biblioteca Nueva / Prensas Universitárias de Zaragoza.

Saveter, Fernando (2009): *A Arte do Ensaio*, Lisboa, Temas E Debates.

Sennett, Richard (1998): *Corrosion of Character. The personal Consequences of Work in the New Capitalism*, New York, Norton.

Silva, Severiano da (1890): *Propagação e Profilaxia Tratamento do Cholera-Morbus*. Disponível em http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/17501/3/57_6_EMCI_01_P.pdf

Soares, Coronel António Maria Freitas (1934): «A campanha de Angola», in General Ferreira Martins (dir.), *Portugal na Grande Guerra*, Vol. 2, Lisboa, Ática, pp. 235-258, apud Amaral, Manuel (2002-2008): "A Guerra em Angola. A invasão de Moçambique pelas tropas alemãs, contada pelos protagonistas: 4 Preliminares das operações militares em 1915 (cont.)", in *Portal da História*, http://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgm_ang041.html